

Pensar e repensar, fazer e refazer, juntos, a ação social pública.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO*



alçar sobre a ação social pública e os saberes nela envolvidos tem para nós um persistente significado ético de realimentação do sentido da ação que se quer pública. É esse o propósito desta revista.

Os textos e práticas, aqui veiculados, têm um importante objetivo: articular a teoria e a ação no campo social. Trazer para a revista a teoria convertida em projetos de intervenção, de forma que subsidiem e estimulem nossos trabalhadores sociais — aí incluídos educadores, psicólogos, agentes de saúde, assistentes sociais etc. — para um agir competente no sentido de melhorar a qualidade de vida da população brasileira.

Quer também subsidiar profissionais da área; ampliar a consistência e o suporte teórico das “intervenções” exigidas pela nossa complexa demanda de proteção, educação e desenvolvimento social. A necessidade de buscar uma orientação epistemológica sólida nos toca a todos que somos profissionais da área social, intervindo no plano da decisão e implementação das Políticas Públicas.

Falamos hoje em profissional reflexivo. Schon (2000) propõe:

“... uma nova epistemologia da prática, que possa lidar mais facilmente com a questão do conhecimento profissional, tomando como ponto de partida a competência e o talento já inerentes à prática habilidosa — especialmente a reflexão-na-ação que os profissionais desenvolvem em situações de incerteza, singularidade e conflito”.

A epistemologia da prática dominante está baseada na racionalidade técnica. A medicina, o direito e a administração figuram como exemplos dessa visão de prática profissional.

* MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO é coordenadora Geral do CENPEC, doutora em Serviço Social e professora do programa de pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP.

A racionalidade técnica supõe um currículo normativo que procede e processa uma hierarquia de conhecimento. Assim, o currículo profissional normativo apresenta, em primeiro lugar, a ciência básica relevante, em seguida, a ciência aplicada relevante e, finalmente, um espaço de ensino prático no qual se espera que os estudantes aprendam a aplicar o conhecimento baseado na pesquisa dos problemas da prática cotidiana.

Há uma crise de confiança nesse modelo formativo.

Os problemas da prática do mundo real já não se apresentam aos profissionais com estruturas bem delimitadas; guardam características de complexidade, incerteza, instabilidade, singularidade e conflito de valores.

A realidade social resiste a ser enquadrada em esquemas preestabelecidos, exigindo forte capacidade analítica sobre a conjuntura política, social, econômica... Ou seja, a leitura da conjuntura é fundamental à ação. Sem ela, a própria leitura dos fundamentos estruturais perde sua função compreensiva e orientadora da ação.

Hoje, já não se pode falar em situação-problema, mas em situações problemáticas.

Freqüentemente, as situações são problemáticas de várias formas ao mesmo tempo. Conformam zonas indeterminadas da prática — a incerteza, a singularidade e os conflitos de valores — que escapam à racionalidade técnica.

Os fenômenos que a engenharia enfrenta e, em alguma medida, também a medicina, são inertes e, portanto, objetiváveis, enquanto os educadores, assistentes sociais e psicólogos tratam de pessoas/grupos que necessariamente pensam, sentem, agem e reagem. Os processos de ação são processos de interação mental/afetiva, cuja riqueza está precisamente na singularidade subjetiva que os caracteriza.

Estudos recentes sobre a questão da formação profissional vêm dando destaque ao que se chama de talento artístico. Advoga-se que, na ação profissional, a ciência aplicada e a técnica baseada na pesquisa ocupam um território crítico importante, porém limitado, fazendo fronteira com o talento artístico (Shon, 2000). Há a arte da sistematização de problemas, a arte da implementação e a arte da improvisação, necessárias ao uso competente de conhecimentos científicos e técnicos na intervenção social.

O que estamos desejando com esta revista é exata-

mente caminhar nessa trilha reflexiva, visando envolver, numa produção coletiva, o maior número possível de profissionais engajados na ação pública.

Dessa forma, pretendemos:

- priorizar a intervenção e as práticas movidas a partir de políticas e programas sociais;
- instaurar um diálogo com características de oficinas e observatórios da prática;
- produzir teorias da ação e investigações na ação;
- valorizar a leitura do contexto e da conjuntura em que se dá a ação pública.

Quais questões permanecem, de maneira candente, na pauta do debate sobre os saberes e a ação social pública?

1. Menos racionalidade cognitivo-instrumental e mais racionalidades ética/estética/crítica/comunicativa, humanizadoras da ação.

A racionalidade cognitivo-instrumental marcou a ciência na modernidade e produziu imensos e fantásticos avanços, muito conhecimento e excesso de especialização.

Ganhou voz o especialista; perderam voz a política, a utopia e a sabedoria popular.

“A filosofia foi expulsa para a periferia”. O “saber-fazer” afastou o “por-que-fazer” (Dupas, 2000:80).

Habermas já nos sinalizou que uma racionalidade cognitivo-instrumental é a “capacidade de manipular informadamente e de adaptar-se inteligentemente às condições de um meio ambiente contingente”. Seu êxito está na autocompreensão da modernidade, não substitui a racionalidade comunicativa, cujas conotações nos remetem “à experiência central da capacidade de unificar sem coação”. (Cohn, 1993:55).

O que se quer aqui destacar é que o trabalhador social precisa do conhecimento e de tecnologias. Mais do que isso, porém, ele necessita da arte das relações, pois lida com pessoas e grupos. E também necessita da arte para criar intervenções singulares, capazes de ganhar a adesão dos grupos com os quais age, visando a mudanças. É por isso que a razão técnica-instrumental

A ação social requer a combinação de saberes múltiplos, convertidos em processo, argumento, conteúdo e relação.

assegura burocracias estáveis, mas não ações sociais competentes, carregadas de humanidade.

2. Menos saberes e ações fragmentadas

A ação social acompanhou esse modelo, apostando na especialização profissional, nas ações setoriais, na segmentação dos grupos sociais em públicos-alvo e no seccionamento da ação em planejamento e execução.

Há hoje desalento, insegurança e desencanto com ações parceladas originadas da própria especialização do conhecimento. O que se constata é que esse paradigma de ciência e sua corporificação na política social já não são convincentes nem confiáveis.

“Se o mundo tornou-se global — isto é, mundializou-se categoricamente e viu suas áreas específicas integrarem-se sempre mais —, não temos como apreendê-lo sem tratá-lo como um complexo, um todo que é tecido junto. Isto requer uma inteligência especial: histórica, dialética, totalizante. Em vez de uma inteligência que separa o complexo do mundo em pedaços isolados, fraciona os problemas e unidimensionaliza o multidimensional, como afirma Edgar Morin, precisamos de uma perspectiva que integre, organize e totalize. Só assim teremos como aproveitar de modo pleno as inúmeras possibilidades de compreensão e reflexão propiciadas pela evolução geral dos conhecimentos” (Nogueira, 2001:35).

“...os fatos observados têm vindo a escapar ao regime de isolamento prisional a que a ciência os sujeita. Os objetos têm fronteiras cada vez menos definidas; são constituídas por anéis que se entrecruzam em teias complexas com os dos restantes objetos, a tal ponto que os objetos em si são menos reais que as relações entre eles” (Santos, 2000:73).

É assim que o conhecimento transdisciplinar e a ação

transetorial ganham maior credibilidade, especialmente quando o nosso horizonte de utopia caminha para a emancipação.

A ação social requer a combinação de saberes múltiplos, convertidos em processo, argumento, conteúdo e relação. O processo, o argumento, o conteúdo e a relação são movidos por uma concepção e demanda de ação social que possuem atributos políticos de mobilização, gestão, atenção e, igualmente, aqueles atributos clássicos do Serviço Social, consubstanciados no trato psicossocial, na pedagogia emancipatória, na afetividade, no cuidado. Eles invocam uma razão comunicativa e não instrumental, como afirma Habermas (1985). É por isso que dizemos que a boa ação é feita de competência ética, política, técnica, processual e comunicativa.

Nessa condição, a ação competente, numa sociedade complexa como a nossa, coloca-nos uma nova exigência: compartilhar saberes e construir ações em redes.

A articulação/combinação de saber e a ação interprogramas, intersetorial e interdisciplinar permitem potencializar o agir, porque arranca cada ação do seu isolamento e assegura uma intervenção agregadora, totalizante, includente.

O saber/fazer social ocorre hoje no entrelaçamento de redes alimentadas por fluxos contínuos de conhecimento, informação e interação.

3. Revalorização dos saberes e da ação local, popular, da cultura, do cotidiano.

A hipervalorização da ciência e da técnica seguiu produzindo a relativização de todos os demais saberes — o popular, o religioso, o local etc. Ora, tais saberes — na ação social — são o ponto de partida e a mediação necessária para a ação profissional na área social.

O pensar, o saber, o agir não são exclusivos de agentes profissionais ou de uma elite “iluminada”. A “fruição” que ocorre entre os múltiplos saberes que governam o fazer social não permite defender qualquer atributo de pureza a um ou a outro. Tais saberes guardam relativa coerência nas muitas sínteses que processam para mover a ação. Nessa condição, é preciso relembrar: o pensamento único interdita o agir.

Muito sonho possível ficou inviável pelo excesso de

certeza dos agentes que se movimentam junto aos grupos em situação de pobreza e exclusão, pelo voluntarismo com que pretendiam moldar a história deles, em vez de fazê-la em conjunto, refazendo-se nesse processo.

No reinado dos saberes científicos e técnicos, nós, profissionais, arrogamo-nos à condição de porta-vozes de reivindicações dos pouco reconhecidos na sua cidadania. Não fortalecemos sua voz e a interlocução política.

Há um conhecimento que se faz a partir da ação e relação com esses grupos no próprio terreno da ação.

*Na pós-modernidade,
as referências são o
mercado, o consumo,
a técnica, a informação.
Nesse caldo, ganha
significado o presente,
não o futuro.*



4. Os saberes e a ação social e educacional possuem um componente ético pouco considerado.

Pensar a questão dos saberes e da ação social nos remete com prioridade às relações éticas e políticas aí contidas.

Nesse âmbito, não é possível dispensar um retorno a Aristóteles, uma vez que seu pensamento permanece como “referência necessária” às reflexões sobre esta temática. Aristóteles apreende a ação como ética e a virtude como o hábito de praticar o bem, supondo a intervenção da razão no agir e oferecendo, assim, os primeiros e indispensáveis elementos para “diferenciar a ação do movimento, do gesto, da produção, do comportamento ...” (Carvalho, 1993:15).

A ação diz respeito às boas ações dos homens — ou bondade — e nos remete ao fim último dos nossos atos: a completude do homem como homem. As ações se empreendem com o objetivo de que o homem chegue a ser o que ele é mesmo — que realize sua humanidade.

Portanto, quando nos referimos à ação como ética, estamos reafirmando que ela exige a busca do bem e não apenas da verdade. O conhecimento científico na busca pela objetividade e legitimidade acabou produzindo a separação entre a busca da verdade e do bem. Nessa cisão, perdeu-se o sentido ético maior da ação: a busca do bem.

Partindo desse pressuposto, é possível afirmar que as ações empreendidas pelos profissionais do social exigem um saber que está além do conhecimento científico e tecnológico, pois eles não são suficientes para

referenciar a intencionalidade ética e política da ação. São os fundamentos ontológicos, metafísicos e mesmo religiosos que fornecem a ancoragem ética da ação.

Há intencionalidades e objetivos com os quais todos concordam no âmbito do trabalho social. São objetivos de fortalecimento da inclusão social dos indivíduos no tecido societário; de investimento nas capacidades substantivas dos indivíduos e de implementação de políticas asseguradoras de proteção social aos cidadãos. Esses objetivos possuem claro componente ético e político. Mas hoje há o risco de creditarmos apenas à ciência e à técnica toda a possibilidade de realizar uma ação competente. Aqui, caímos na tentação de uma ética do razoável, ou seja, de um esforço de conciliação entre valores e interesses.

5. A ação é exercício da política

Ação não é construção individual, é construção coletiva que se dá no espaço público.

Ação é relação, processo, não apenas resultado, assim como o exercício concreto da política é produto da articulação intencional de conhecimentos, tecnologias, habilidades e atitudes.

Refletindo sobre a ação como exercício da política, temos que nos remeter necessariamente ao público-alvo desse saber/ação social. E esse nosso público-alvo tem, como característica dominante, a vulnerabilidade, no que tange ao seu precário acesso às rotas de proteção e inclusão social, ou, mais precisamente, a sua pouca presença na “res” pública, no pouco reconhecimento de sua cidadania.

Portanto, é preciso insistir que os saberes que ancoram a ação profissional nem sempre “re-atualizam” a pauta de interesses, necessidades e reivindicações desse público-alvo.

O agir profissional torna-se perverso quando ignora, neutraliza ou causa opacidade à dimensão pública dessa pauta. A ação profissional, nesse caso, despolitiza as demandas do “pobre”, reduzindo-o a portador de carências psicossociais. Nessa condição, a ação transmuta-se em tutela, não garantindo ao atendido a voz e a vez na interlocução institucional — arena pública de acolhimento de demandas de cidadãos.

Na essência do exercício da política, está a distribuição

do poder. Assim, a pergunta que se faz é exatamente se os programas e instituições se convertem em espaços públicos de vocalização e interlocução política aos cidadãos que os freqüentam, já que são, em si, espaço de expressão e troca de saberes.

Em outras palavras, será que, como profissionais, habitamos o território institucional público para conduzir o cidadão ao espaço/fórum público que é dele também? Ou o habitamos para torná-lo apenas em “bureau” de ajuda interpessoal? Nesse caso, esvazia-se a petição do cidadão, transformando-a em pedido. Mantém-se então uma relação entre desiguais, e não entre iguais, no plano da cidadania.

Quando a autoria do saber/ação não é compartilhada com o público-alvo, quando o sentido da ação é apropriado apenas pelo profissional, sem espaço para o protagonismo do destinatário, a ação deixa de ser relação.

Não é demais repetir que o fazer por, fazer para, fazer com e fazer autônomo mantêm-se como tensão contínua na ação profissional junto aos grupos em situação de pobreza e exclusão.

Mas a ação política jamais é resignada; ela é movida pela esperança.

6. Uma síntese

Na pós-modernidade, a utopia do mercado, do consumo, da técnica e da informação tornou-se referência. Nesse caldo, ganha significado o presente, e não o futuro; o imediato, e não o mediato; o microdiscurso, e não mais as teleologias sociais; os projetos individuais, de agrupamentos particulares, de minorias, e não mais de coletivos expressos nas classes sociais, nas maiorias. A ação perde seu sentido público quando contaminada pela fragmentação dos interesses. A ação descaracteriza-se, transformando-se em mera tecnologia social voltada à solução de problemas imediatos: torna-se utilidade.

Como afirma Nogueira, “o ciclo histórico em que nos encontramos está inteiramente tomado pela mudança acelerada, ininterrupta e cumulativa. Nele, entrecruzam-se inovações tecnológicas e modificações socioculturais que repercutem sobre todos os planos e setores da vida social” (1995:107).

Melucci (1994) sinaliza para um dos fatores que qualificam a sociedade contemporânea: o excedente cultural, que é o alargamento das possibilidades de ação, que ultrapassam amplamente a capacidade efetiva de ação dos sujeitos. Esse é um sistema complexo, porque põe à disposição dos atores uma quantidade de possibilidades, um potencial de ações possíveis, que são sempre mais amplas do que a sua capacidade efetiva de ação.

Para reduzir a incerteza, diz ele, são necessários recursos do tipo cognitivo, relacional, comunicativo — que permitem aos sujeitos, tanto individuais quanto coletivos, agirem como sujeitos autônomos.

Morin defende a idéia de um pensamento complexo, isto é, um pensamento que religa, porque contextualiza e integra, e um pensamento dialógico, porque relaciona antagonismo e complementaridade, aceitando a tensão entre certeza e incerteza.

Esse é o significado e, como diz Nogueira (2001:36),

“... a força do pensamento crítico, das suas possibilidades efetivas de promover o conhecimento da essência das coisas e fornecer explicações consistentes a respeito do mundo e da vida”.

Com base nesse elenco de questões sobre a temática dos saberes e ação social, é necessário concluir, reafirmando:

- A demanda pela ética cresce indefinidamente. O reconhecimento “do sofrimento político” do outro, a transparência, o compromisso, a negociação, a participação, a proibição no gasto público, o diálogo, o envolvimento, o gesto político, afetivo, estético são imperativos éticos.
- Há uma demanda constante pela construção e anúncio de sentidos para a ação: busca da verdade, do bem, do belo, da ética. O que menos se reivindica hoje são ações ancoradas pela falsa ética da imparcialidade e neutralidade.
“Não precisamos da monocultura do rigor. É necessário buscar a objetividade superando a neutralidade. Neutralidade é indiferença às conseqüências” (Santos, 2000).

- “Pensar a realidade como processo, movimento, contradição, unidade da identidade e da não-identidade. Assumir uma postura intelectual totalizante, que separa e distingue, apenas para poder ficar em melhores condições de reunir e unificar. Entender que o real é sempre uma ‘síntese de múltiplas determinações’, como dizia Marx, um processo multidimensional permanentemente submetido ao jogo de contradições que não cessam de se manifestar e se repor” (Nogueira, 2001:37).
- “Alcançar uma ‘regra’ para saber o que fazer com informações e conhecimentos. Saber dialogar tanto com a frase de Montaigne — ‘Mais vale uma cabeça bem feita do que uma cabeça cheia’ — quanto com o verso de T. S. Elliot: ‘Onde está o conhecimento que perdemos na informação? Onde está a sabedoria que perdemos no conhecimento?’” (Nogueira, 2001:38).
- Lembrar sempre que o pensamento não dispensa a lucidez da ação. Caminham juntos.

Esta revista pretende exercitar essas propostas, responder a esses questionamentos e trilhar esses caminhos. É assim que entendemos a ação social.

Referências bibliográficas

- CARVALHO, M. C. Brant de (org.). *Teorias da ação em debate*. São Paulo: Cortez; Fapesp; IEE/PUC-SP, 1993.
- COHN, G. A teoria da ação em Habermas. In: *Teorias da ação em debate*. São Paulo: Cortez, 1993.
- DUPAS, G. *Ética e poder na sociedade de informação*. São Paulo: Unesp, 2000.
- HABERMAS, J. *Conciencia moral y acción comunicativa*. Barcelona: Península, 1985.
- MARX, Karl. Contribuições para a crítica da economia política. In: *Coleção Pensadores*. São Paulo: Abril, 1986.
- MELUCCI, Alberto. Movimentos Sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 40, São Paulo: Cebrap, 1994.
- MORIN, Edgar. In: NOGUEIRA, M. A. *Em defesa da política*. São Paulo: Senac, 2001.
- NOGUEIRA, M. A. *Em defesa da política*. São Paulo: Senac, 2001.
- SANTOS, Boaventura Sousa. *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SCHON, Donald A. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.





FERNANDO JOSÉ DE ALMEIDA

mediador

Educador, mestre e doutor em Educação pela PUC de São Paulo; professor do curso de pós-graduação da Faculdade de Educação da PUC-SP; foi secretário de Educação da Prefeitura de São Paulo.



ÂMBAR DE BARROS

Jornalista e coordenadora do escritório da Unesco em São Paulo.



MARCO AURÉLIO NOGUEIRA

Cientista social; professor livre-docente de Teoria Política na Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Araraquara.



SELMA ROCHA

Historiadora; foi secretária de Educação da Prefeitura de Santo André e chefe de gabinete da Secretaria de Educação da Prefeitura de São Paulo.